

CONSULTORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

PARECER /2023 CJL
PROTOCOLO: 2585/2023
DATA ENTRADA: 06 de junho de 2023
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 1.859 de 2023

Ementa: Dispõe sobre a alteração da redação do Art. 2º do Decreto Legislativo nº137 de 15 de abril de 1997, com a finalidade de criar a MEDALHA Mãe Lourdes d'Oxum, a ser entregue à lideranças religiosas da matriz africana e Nações do Candomblé que contribuam socialmente para a valorização das suas tradições culturais, religiosas, bem como, para o fim dos preconceitos às/aos suas/seus praticantes e dá outras providências.

1. RELATÓRIO

Trata-se de **PARECER JURÍDICO**, apresentado à Comissão de Legislação e Redação de Leis, sobre o projeto que Dispõe sobre a alteração da redação do Art. 2º do Decreto Legislativo nº 137 de 15 de abril de 1997, com a finalidade de criar a MEDALHA Mãe Lourdes d'Oxum, a ser entregue à **lideranças religiosas da matriz africana e Nações do Candomblé que contribuam socialmente para a valorização das suas tradições culturais**, religiosas, bem como, para o fim dos preconceitos às/aos suas/seus praticantes e dá outras providências. Projeto de decreto legislativo nº 1.859/2023, de autoria do **VEREADOR JORGE QUINTINO**. O referido projeto de decreto legislativo é composto por três artigos e acompanha justificativa devidamente formulada pelo parlamentar.

A consulta/parecer tem como objetivo a análise sobre a legalidade e constitucionalidade do projeto de lei, assim como sua viabilidade jurídica no tocante ao Regimento Interno.

Segundo justificativa anexa ao projeto: *“Medalha Mãe Lourdes d'Oxum, a ser entregue a lideranças religiosas de matriz Africana que contribuam socialmente para a valorização das suas tradições culturais, religiosas bem como para o fim dos preconceitos às/aos suas/seus praticantes. A escolha do nome de Mãe Lourdes se justifica por toda sua*

história de vida dedicada à religião, por ser uma mulher preta e que muito fez pela comunidade do Monte Bom Jesus no que se refere a ações sociais para melhoria dessa população”.

É o relatório.

Passo a opinar.

2. DA SISTEMÁTICA NO PROCESSO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARUARU E DA MANIFESTAÇÃO DA CONSULTORIA JURÍDICA LEGISLATIVA.

Ab initio, impende salientar que a emissão de parecer por esta Consultoria Jurídica Legislativa não substitui a vontade dos Ilustres Vereadores que compõe as Comissões permanentes, porquanto estas são compostas pelos representantes eleitos e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento.

Dessa forma, a opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante¹, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa. De qualquer sorte, torna-se de suma importância algumas considerações sobre a possibilidade e compatibilidade sistemática adotada para o processo legislativo no âmbito desta Casa de Leis de Caruaru.

O Regimento Interno dessa Casa Legislativa dispõe as atribuições da Consultoria Jurídica Legislativa, senão vejamos

Art. 91 – Nenhum **projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo**, será submetido à deliberação do Plenário **sem que tenha recebido parecer escrito das respectivas Comissões Permanentes** ou de Comissão Especial.

¹ Art. 123. (...) II – parecer de Comissão Permanente ou Especial: pronunciamentos opinativos sobre a matéria estudada;

Art. 133 – Recebido o projeto de lei o Presidente despachará encaminhando-o a uma ou mais comissões para receber parecer, de acordo com a natureza da matéria nele contido.

Art. 273 – A Consultoria Jurídica Legislativa acompanhará os atos de pessoal relativos às concessões de férias e licenças, os processos administrativos, bem como, se manifestará, através de pareceres, sobre os requerimentos apresentados a quaisquer departamentos da Câmara.

Art. 274 – As deliberações das Comissões **serão assessoradas pela Consultoria Jurídica Legislativa**, que assegurará a legalidade dos atos relacionados às atribuições do Poder Legislativo Municipal. (Alterado pela Resolução nº 615/2019)

Assim sendo, as referidas normas estabelecem expressamente a possibilidade de **assessoramento jurídico** sobre as proposições legislativas.

A sistemática adotada ressalte-se, não é exclusividade de Caruaru, sendo adotada por diversas outras Câmaras Municipais brasileiras. Ainda assim, **a opinião técnica desta Consultoria Jurídica é estritamente jurídica e opinativa não podendo substituir a manifestação das Comissões Legislativas permanentes, pois a vontade do Parlamento deve ser cristalizada através da vontade do povo, aqui efetivada por meio de seus representantes eleitos.**

Desta feita, são estes mesmos representantes que melhor podem analisar todas as circunstâncias e nuances (questões sociais e políticas) de cada proposição. Por essa razão, em síntese, a manifestação deste órgão de assessoramento jurídico, autorizada por norma deste Parlamento municipal, serve apenas como norte, em caso de concordância, para o voto dos edis caruaruenses, não havendo substituição e obrigatoriedade em sua aceitação e, portanto, não atentando contra a soberania popular representada pela manifestação dos Vereadores.

3. ADMISSIBILIDADE, ADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA E COMPETÊNCIA.

O projeto de decreto legislativo em enfoque está redigido em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e ortografia oficial, estando devidamente subscrito digitalmente por seu autor, além de trazer o assunto sucintamente registrado em ementa, tudo

na conformidade do disposto no Regimento Interno da Câmara Municipal e a boa técnica redacional.

Observa-se que o parlamentar articulou justificativa escrita, atendendo ao disposto na norma regimental. A distribuição do texto também está dentro dos padrões exigidos pela técnica legislativa, cumpridos os requisitos de admissibilidade.

Em termos de adequação da via eleita, é verificado que o referido projeto de decreto legislativo, conforme versa o artigo 145 do Regimento Interno da Casa Legislativa, é assunto de competência privativa desta.

Quanto à competência, o artigo 30 da Constituição da República dispõe que compete ao município legislar sobre assunto de interesse local, não restando dúvidas de que o objeto – criação de medalha de honra – se encontra no âmbito deste. Ademais, tal competência provém da Constituição Federal, visto que os municípios são dotados de autonomia legislativa, abrangendo desta maneira fixar data comemorativa e suplementando a legislação Federal e Estadual, no que couber. A Carta Magna do País explicita em seu art. 30, *in verbis*:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre **assuntos de interesse local**;

II - **suplementar** a legislação federal e a estadual no que couber;

4. DO QUÓRUM DE APROVAÇÃO

A Câmara somente pode deliberar com a presença da maioria absoluta dos Vereadores, adotando, *in casu*, a votação simbólica e por maioria simples, nos termos do art. 115, §1º do Regimento, *verbis*

Art. 115 – As deliberações da Câmara serão tomadas por maioria simples, maioria absoluta e por dois terços de seus membros.

§ 1º - Por maioria simples, que corresponde à metade mais um dos Vereadores presentes à reunião, **a Câmara deliberará sobre todas as matérias**, exceto as referidas nos parágrafos seguintes.

Por fim, sendo aprovado em turno único, o mesmo será enviado para o devido autógrafo e posterior sanção ou veto do Executivo, tudo conforme os trâmites previstos na legislação municipal.

5. MÉRITO

O projeto de decreto legislativo em esboço e atualmente analisado foi proposto pelo Vereador Jorge Quintino visando à alteração da redação do artigo 2º do projeto de decreto legislativo nº 137 de 15 de abril de 1997, sendo, assim, responsável pela criação da medalha Mãe Lourdes d'Oxum, como é possível verificar nos seguintes artigos do projeto:

Art. 1º - Acrescenta-se ao artigo 2º do decreto 137 de 15 de abril de 1997, a alínea “v” para instituir no âmbito do município de Caruaru a **MEDALHA MÃE LOURDES D’OXUM**, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - A denominação de que trata o artigo anterior será qualificado, nas diversas áreas, sob a égide de seu “Patrono”, assim constituída:

(...)

v) Área da religiosidade africana e nações do candomblé: Medalha Mãe Lourdes d'Oxum

Art. 2º - Esta medalha tem o objetivo de homenagear:

I - Instituições que desenvolvem lideranças religiosas;

II- Pessoas que praticaram atos meritórios que contribuíram para disseminação da religiosidade Africana.

Art. 3º- Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua promulgação

Como versa o artigo 1º do projeto de decreto legislativo supracitado, o decreto 137 de 15 de abril de 1997 deverá ser alterado a fim de determinar a criação da medalha Mãe Lourdes d'Oxum. O artigo 2º, logo em seguida, estabelece a honraria para determinadas instituições e pessoas deverão ser homenageadas, a saber, instituições que se envolvem com o desenvolvimento de lideranças religiosas e pessoas praticantes de atos de mérito que demonstraram contribuição para a disseminação de religiões de matriz africana.

O Regimento Interno da Casa Legislativa, em seu art. 122, versa acerca dos pronunciamentos realizados pela Câmara Municipal. Transcreve-se o referido artigo do Regimento Interno da Casa Legislativa:

Art. 122 – A Câmara Municipal pronuncia-se sobre:

I – projeto de lei de autoria do Prefeito, da Mesa Diretora, de um ou mais Vereadores, ou das Comissões Permanentes e Especiais;

II – pareceres das Comissões Permanentes e Especiais;

III – projetos de resolução e de decreto legislativo de autoria da Mesa Diretora, de um ou mais Vereadores, ou das Comissões Permanentes e Especiais;

IV – requerimentos;

V – emendas;

VI – projetos de lei de iniciativa popular;

VII – indicações.

A partir de tais disposições, confirma-se que a Câmara Municipal acaba por se pronunciar acerca de projeto de decreto legislativo, sendo o atual parecer, como já sabido, referente a tal tipo de projeto e devidamente proposto por parlamentar integrante da Casa Legislativa. Também é verificado que a propositura não invade iniciativa do Chefe do Poder Executivo, o qual possui rol taxativo presente no artigo 36 da Lei Orgânica Municipal e competências específicas presentes nos incisos II e IV do art. 84 da Constituição Federal.

Assim, afirmando-se que o objeto da destacada proposição não apresenta possíveis vícios de que afetem sua legalidade e constitucionalidade.

6. EMENDAS

Não foram oferecidas emendas parlamentares.

A Consultoria Jurídica Legislativa também não observa a necessidade de emendas a sugerir.

7. CONCLUSÃO



Por todo o exposto, a Consultoria Jurídica Legislativa, diante dos posicionamentos anteriores, das legislações supracitadas e da firme jurisprudência elencada, opina – **de modo não vinculante** – pela legalidade e constitucionalidade do projeto de decreto legislativo nº 1.859/2023.

É o parecer. À conclusão superior.

Câmara Municipal de Caruaru-PE, 21 de agosto de 2023.

EDILMA ALVES CORDEIRO
CONSULTORA JURÍDICA GERAL

JOÃO AMÉRICO RODRIGUES DE FREITAS
EDILMA ALVES CORDEIRO
OAB-PE 28.648
CONSULTOR JURÍDICO EXECUTIVO

ANTÔNIO AUGUSTO VILELA DUARTE
ESTAGIÁRIO DE DIREITO - CJL